

## **Desafios E Avanços Nas Políticas Públicas De Saúde No Brasil**

**Denis Almeida Dos Santos**

*Faculdade De Odontologia De São Paulo*

**Lucas Freires Corrêa Da Costa**

*UNIC - Universidade De Cuiabá*

**Síssi Adriane Sá Furtado**

*Professora Mestrado do Curso de Odontologia da Universidade Estadual do Piauí*

**José Antonio Da Silva**

*Universidade Americana - FUUSA - Florida University*

**Luiz Mário Pará Rodrigues**

*UFPA*

**Clara Rodrigues De Brito**

*Universidade De Marília- Unimar*

**Renan Venancio Ferreira Lopes**

*Universidade Federal Do Pará*

**Gilberto Claudino Da Silva Júnior**

*Faculdade Novo Horizonte De Ipojuca - FNH*

**Herminio Oliveira Medeiros**

*Faculdade Do Futuro*

**Camila Caroline Da Silva**

*Universidade Federal De Pernambuco*

**Jessé de Castro Figueiredo**

*Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus Professor Antônio Garcia filho*

**Yan Gabriel Borges Nascimento**

*Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus Professor Antônio Garcia filho*

---

### **Resumo:**

*Esta pesquisa analisou os desafios e avanços nas políticas públicas de saúde no Brasil, focando no Sistema Único de Saúde (SUS). O objetivo foi entender como o SUS, criado pela Constituição Federal de 1988 para garantir saúde universal, enfrenta dificuldades na implementação efetiva dos seus princípios de universalidade, integralidade e equidade. A pesquisa foi realizada por meio de uma revisão integrativa, analisando literatura científica sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) nas plataformas Web of Science, PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Para a coleta de dados, foram utilizadas palavras-chave específicas e operadores booleanos AND e OR para refinar a busca. Quanto aos critérios de inclusão, foram incluídos apenas artigos em português, de autores brasileiros, acessíveis na íntegra por completo, e publicados entre 2020 e 2023. A análise qualitativa envolveu leitura completa dos artigos e síntese dos dados em uma planilha para identificar padrões e temas*

*comuns. Como resultado, foi possível identificar as desigualdades regionais na distribuição de recursos e a gestão financeira insuficiente como principais desafios para as políticas de saúde pública no Brasil. As regiões mais desenvolvidas, como São Paulo e Rio de Janeiro, possuem infraestrutura mais robusta, enquanto áreas remotas enfrentam carência de profissionais e equipamentos. A pesquisa identificou avanços como o Programa Saúde da Família (PSF) e a integração de tecnologias digitais, que têm contribuído para a melhoria da saúde preventiva e do acesso a serviços. A conclusão aponta para a necessidade de reformas contínuas e estratégias eficazes para a redistribuição de recursos e a sustentabilidade financeira do SUS, enfatizando que, apesar dos desafios, o fortalecimento e a modernização do SUS são essenciais para garantir um sistema de saúde justo e eficiente para toda a população brasileira.*

---

Date of Submission: 11-09-2024

Date of Acceptance: 21-09-2024

---

## **I. Introdução**

O sistema de saúde brasileiro, estruturado principalmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), é um dos maiores desafios e conquistas da administração pública no país. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como princípio fundamental a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso aos serviços de saúde para toda a população. Contudo, a implementação eficaz dessas diretrizes enfrenta diversos desafios. A desigualdade regional, a escassez de recursos financeiros e a sobrecarga de demanda por serviços médicos são questões persistentes que exigem soluções inovadoras e uma gestão eficiente para garantir a qualidade e a acessibilidade dos serviços de saúde (Medeiros et al., 2024).

Uma das principais dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas de saúde no Brasil é a disparidade na distribuição dos recursos e serviços entre as regiões. Enquanto grandes centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro possuem infraestrutura de saúde mais robusta, regiões mais remotas e menos desenvolvidas enfrentam uma falta crítica de profissionais e equipamentos. Essa desigualdade acarreta em problemas significativos, como a dificuldade no acesso a tratamentos especializados e a uma assistência médica adequada, refletindo a necessidade de uma redistribuição mais equitativa dos recursos e a criação de políticas específicas para atender às necessidades locais (Menezes et al., 2019).

Além dos desafios regionais, a gestão financeira do SUS é uma questão crucial. O financiamento insuficiente é uma das maiores preocupações, afetando diretamente a capacidade dos serviços de saúde de atender a demanda crescente e de manter a qualidade do atendimento. O orçamento limitado muitas vezes resulta em falta de medicamentos, equipamentos e até mesmo na precariedade das condições de trabalho dos profissionais de saúde. A sustentabilidade financeira do sistema é, portanto, uma área crítica que demanda uma revisão das fontes de financiamento e uma estratégia eficaz para garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e transparente (Santos et al., 2022).

Apesar desses desafios, avanços significativos têm sido alcançados nas políticas públicas de saúde. A implementação de programas como o Programa Saúde da Família (PSF) tem sido fundamental na promoção da saúde preventiva e na melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis. Além disso, a recente adoção de tecnologias digitais e a telemedicina têm mostrado potencial para superar barreiras geográficas e melhorar o acesso aos serviços de saúde. Essas inovações representam um passo importante para a modernização do SUS e para a superação de algumas das dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema (Silva et al., 2020).

Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar os desafios e avanços nas políticas públicas de saúde no Brasil. A justificativa para a realização desta pesquisa reside na importância de compreender as complexas dinâmicas que envolvem a gestão do sistema de saúde e a implementação de políticas públicas eficazes. A saúde pública é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento e bem-estar de uma nação. No Brasil, onde as desigualdades socioeconômicas e regionais impactam diretamente o acesso e a qualidade dos serviços de saúde, é essencial avaliar continuamente as políticas públicas para garantir que elas atendam às necessidades da população de maneira justa e eficiente. A análise dos desafios e avanços permite identificar lacunas, avaliar a eficácia das medidas implementadas e propor melhorias que possam contribuir para a equidade e a excelência no atendimento à saúde.

## **II. Materiais E Métodos**

### **Tipo de pesquisa**

A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão integrativa, que envolveu a análise abrangente da literatura científica disponível nas principais plataformas de pesquisa. A metodologia consistiu no levantamento de artigos e estudos relevantes que abordassem os desafios e avanços nas políticas públicas de saúde no Brasil, com um foco específico no Sistema Único de Saúde (SUS).

### **Levantamento de dados**

Para garantir uma abordagem completa e detalhada, foram utilizados os seguintes bancos de dados: Web of Science, PubMed, SciELO e Google Acadêmico. Foi realizada uma busca utilizando palavras-chave específicas, combinadas por meio de operadores booleanos para refinar os resultados e garantir a relevância dos artigos selecionados. As palavras-chave utilizadas incluíram "Sistema Único de Saúde", "SUS", "políticas públicas de saúde", "desafios na saúde", "avanços em saúde pública", "financiamento do SUS" e "desigualdade na saúde". Os operadores booleanos AND e OR foram empregados para combinar essas palavras-chave de maneira estratégica. O operador AND foi usado para garantir que os artigos incluíssem todos os aspectos relevantes, enquanto o OR foi utilizado para abranger sinônimos e variações dos termos pesquisados, ampliando a cobertura da busca.

### **Critérios de inclusão**

Os critérios de inclusão foram rigorosamente definidos para garantir a relevância e a qualidade dos estudos selecionados. Foram incluídos apenas artigos publicados em português e provenientes de autores brasileiros, garantindo que o foco se mantivesse em fontes diretamente relacionadas ao contexto nacional. Adicionalmente, foram selecionados apenas artigos de acesso gratuito e que estivessem disponíveis na íntegra, permitindo uma avaliação completa do conteúdo. A pesquisa considerou artigos publicados entre os anos de 2020 e 2023 para assegurar que as informações fossem recentes e refletissem as condições e avanços mais recentes nas políticas de saúde. Além disso, somente foram incluídos artigos que estivessem associados ao tema da pesquisa, garantindo que os dados coletados fossem pertinentes e diretamente relevantes.

### **Análise dos dados**

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com todos os artigos sendo lidos na íntegra para uma compreensão dos temas abordados. Após a leitura completa, os artigos foram avaliados com base nos critérios de inclusão estabelecidos. As informações relevantes dos artigos selecionados foram então sintetizadas e organizadas em uma planilha no Excel. Esta planilha facilitou a comparação e análise das informações, permitindo a identificação de padrões e temas comuns nos estudos revisados. A síntese dos dados permitiu a formulação de uma compreensão sobre os desafios e avanços nas políticas públicas de saúde no Brasil, contribuindo para uma análise sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

## **III. Resultados E Discussões**

Como resultado desta revisão integrativa, foram selecionados 5 artigos científicos, conforme evidencia o quadro 1.

**Quadro 1.** Artigos selecionados na revisão integrativa

Autores	Objetivo	Metodologia	Principais resultados
Santos, Gabriel e Mello (2020)	Descrever os principais marcos históricos e legais que foram a base das políticas públicas de saúde no Brasil, o SUS.	Revisão de literatura	O Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil enfrenta desafios contínuos, como falta de recursos e gestão ineficiente, refletindo uma baixa identificação da população com o sistema, enquanto a saúde suplementar privada tem recebido incentivos significativos, evidenciando uma alocação desproporcional dos recursos destinados à saúde. Apesar de o Brasil destinar uma parcela considerável do PIB para saúde, menos de 50% é alocado para o SUS, comparável a países que priorizam sistemas privados. Com aproximadamente 80% da população dependente do SUS, a saúde pública é crucial, e o fortalecimento do SUS é essencial para garantir o acesso universal e a continuidade do direito à saúde, uma conquista histórica da sociedade civil.
Kucharski et al. (2022)	Apresentar as mudanças ocorridas no decorrer da história da saúde pública no Brasil	Revisão bibliográfica	Após a falência do modelo econômico do regime militar no final dos anos 70, a crise brasileira se aprofundou, marcada por alta inflação e crescente mobilização social em busca de democracia e liberdade. A transição para a democratização, acelerada pelo último presidente militar, João Figueiredo, incluiu a extinção do bipartidarismo, a liberdade de imprensa e a autonomia dos sindicatos. Durante este período, a sociedade civil, especialmente através do movimento sanitário, começou

			a moldar a proposta para o Sistema Único de Saúde (SUS), culminando na 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, que influenciou a Constituição de 1988 ao estabelecer a saúde como um direito universal. A criação do SUS representou um avanço significativo, mas também refletiu uma trajetória de embates políticos e ideológicos, evidenciando diferentes perspectivas sobre a reforma sanitária e sua implementação. A análise histórica desse processo revela a complexidade da construção das políticas públicas de saúde no Brasil e destaca a importância de continuar a lutar pela manutenção e aprimoramento das conquistas obtidas.
Barboza, Rêgo e Barros (2020)	Analisar a história do SUS no Brasil e a política pública de saúde	Pesquisa bibliográfica	O estudo analisou o Sistema Único de Saúde (SUS) e as políticas de saúde no Brasil, abordando o tema das desigualdades no acesso à saúde e o papel fundamental do SUS em garantir atendimento universal. As categorias de análise incluíram a equidade no acesso aos serviços de saúde e as variáveis associadas ao financiamento e à gestão dos serviços. O resultado evidenciou que, apesar do SUS ser um sistema universal que visa atender todas as pessoas igualmente, ainda existem disparidades significativas no acesso e na qualidade dos cuidados prestados, refletindo a necessidade de mais investimentos e melhorias. O estudo também explorou o referencial neo-institucionalista para analisar as políticas de saúde, destacando suas limitações, como a dificuldade em abranger variáveis estruturais e mudanças institucionais ao longo do tempo. Reconheceu-se que, enquanto o neo-institucionalismo oferece uma base teórica útil, é essencial integrar outras variáveis e abordagens para uma compreensão mais completa das políticas de saúde e seus impactos.
Kirst e Darsie (2021)	Contextualizar a história da Saúde e das políticas públicas no Brasil	Pesquisa bibliográfica	A pesquisa discutiu a Saúde Pública e Coletiva no Brasil, abordando a Reforma Sanitária Brasileira e o Sistema Único de Saúde (SUS). Destacou a importância de compreender os aspectos históricos e conceituais relacionados a esses temas, uma vez que as políticas públicas de saúde foram moldadas por eventos significativos ligados à democracia e ao cuidado em saúde. O texto argumenta que o conhecimento desses aspectos é crucial para a formação e cidadania de profissionais da saúde e para o fortalecimento dos indicadores de saúde nacional. Enfatiza que o SUS deve ser visto como um direito da população, e não como um mero conjunto de ações assistencialistas, ressaltando a importância da participação e colaboração na rede de saúde
Sousa e Fernandes (2020)	Revisar a literatura nacional e internacional para conhecer as produções científicas referentes à história da saúde pública no Brasil por meio de revisão integrativa	Revisão integrativa	O estudo destaca a importância de compreender a historicidade da saúde para entender o Sistema Único de Saúde (SUS). A análise dos entraves e avanços na saúde pública revela que, apesar das melhorias, ainda persistem desafios significativos. A trajetória da saúde pública no Brasil, desde as reivindicações da sociedade civil até a consolidação do SUS, evidencia a necessidade contínua de maior participação comunitária. A Atenção Primária é destacada como um componente crucial do SUS, oferecendo um acesso mais econômico e resolutivo à saúde, e evidenciando a importância da saúde integral e da proximidade com a população. O estudo reafirma o SUS como um sistema universal, essencial para a cidadania, embora reconheça que ainda há problemas a serem solucionados.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

Conforme apontado por Santos, Gabriel e Mello (2020), o Sistema Único de Saúde (SUS) enfrenta desafios significativos desde a sua criação, incluindo falta de recursos adequados, gestão ineficiente e uma baixa identificação da população com o sistema, em parte devido à dispersão dos movimentos sociais que lutaram por sua implementação. Esses problemas têm impactado a eficácia e a qualidade dos serviços oferecidos pelo SUS, tornando evidente a necessidade de reformas e melhorias contínuas.

Por outro lado, a saúde suplementar privada no Brasil tem recebido incentivos significativos dos governos ao longo dos anos. Apesar de o Brasil destinar uma parte considerável do Produto Interno Bruto (PIB) à saúde, a alocação para o setor público é inferior a 50% do total, o que é comparável a países que priorizam sistemas de saúde privados. A crescente ênfase em planos de saúde privados reflete um movimento para aliviar a pressão sobre o SUS, como evidenciado pela criação do “Plano de Saúde Acessível” pela Agência Nacional de Saúde em 2017. No entanto, o foco das empresas privadas em lucro em vez de promoção da saúde pública contrapõe-se aos princípios do SUS.

A saúde suplementar privada, embora possa aliviar a carga sobre o SUS, tem como principal objetivo o lucro, o que pode comprometer a promoção e a recuperação da saúde da população. Dados indicam que cerca de 80% da população brasileira depende do SUS para cuidados de saúde, sublinhando a importância de fortalecer o sistema público e garantir que ele continue atendendo a maioria da população.

A criação do SUS foi um marco histórico impulsionado pela luta da sociedade civil, estabelecendo a saúde como um direito fundamental. No entanto, ameaças ao SUS representam uma ameaça à conquista e à construção coletiva ao longo das décadas. A continuidade e a expansão do SUS são essenciais para garantir que o direito à saúde seja mantido e ampliado para todos os brasileiros, refletindo a importância de políticas públicas que priorizem a saúde como um bem coletivo e universal.

Kucharski et al. (2022) reitera que, após falência do modelo econômico do regime militar no final dos anos 70 provocou uma crise econômica profunda no Brasil, caracterizada por alta inflação e uma crescente demanda social por democracia e liberdade. A democratização, sob a liderança do último presidente militar, João Figueiredo, trouxe mudanças significativas, como a extinção do bipartidarismo, o fim da censura à imprensa e a concessão de maior autonomia aos sindicatos, permitindo uma maior expressão política e social.

Neste contexto, o movimento sanitário emergiu como uma força crucial na reestruturação do sistema de saúde. A sociedade civil, incluindo profissionais de saúde e acadêmicos, começou a formular propostas para um sistema de saúde mais inclusivo e acessível. A culminação desse esforço foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, que teve um impacto decisivo na formulação da Constituição de 1988. Essa nova Constituição incorporou a proposta de um sistema de saúde universal, resultando na criação do Sistema Único de Saúde (SUS), que consagrou a saúde como um direito fundamental para todos os cidadãos.

A criação do SUS representou um avanço significativo ao formalizar a saúde como um direito universal e garantir acesso igualitário a todos os brasileiros. No entanto, essa conquista foi acompanhada por uma trajetória repleta de embates políticos e ideológicos. A implementação do SUS foi marcada por disputas sobre a organização e gestão dos serviços de saúde, refletindo a diversidade de perspectivas sobre a reforma sanitária.

A análise histórica revela a complexidade do processo de construção das políticas públicas de saúde no Brasil, destacando a necessidade contínua de aprimoramento e defesa das conquistas realizadas. A experiência passada oferece lições valiosas sobre a importância de manter o compromisso com um sistema de saúde acessível e eficiente, ressaltando a importância de continuar a lutar pela manutenção e evolução do SUS para enfrentar os desafios futuros.

De acordo com Barboza, Rêgo e Barros (2020), o SUS, enquanto sistema de saúde universal, enfrenta o desafio de oferecer um atendimento equitativo a todos os cidadãos.

Os autores destacam ainda que, apesar da proposta universal do SUS, existem disparidades notáveis na qualidade e no acesso aos serviços de saúde, o que indica uma necessidade urgente de mais investimentos e reformas estruturais. As categorias de análise focaram na equidade no acesso aos serviços e nas variáveis relacionadas ao financiamento e à gestão, expondo como essas questões afetam a eficiência e a eficácia do SUS. As desigualdades identificadas mostram que o SUS ainda não alcançou seu objetivo de prover cuidados uniformes para toda a população, evidenciando a necessidade de políticas mais robustas e uma alocação de recursos mais equitativa.

A utilização do referencial neo-institucionalista no estudo permitiu uma análise das políticas de saúde sob a ótica das instituições e das regras que moldam seu funcionamento. No entanto, as limitações dessa abordagem foram evidenciadas, especialmente no que diz respeito à sua capacidade de abordar variáveis estruturais e mudanças institucionais ao longo do tempo. O neo-institucionalismo, apesar de oferecer uma perspectiva teórica valiosa, mostrou-se insuficiente para explicar completamente as dinâmicas complexas e as mudanças nas políticas de saúde.

Portanto, o estudo sugere que, para uma análise mais abrangente e precisa das políticas de saúde, é

crucial integrar o neo-institucionalismo com outras abordagens teóricas e metodológicas. Isso permitirá uma melhor compreensão das causas das disparidades no acesso e na qualidade dos cuidados de saúde, além de contribuir para a formulação de políticas mais eficazes e equitativas. A abordagem deve ser holística, considerando tanto as instituições e suas regras quanto os fatores estruturais e contextuais que influenciam a implementação e o impacto das políticas de saúde.

Kirst e Darsie (2021) sublinham a relevância de compreender profundamente os aspectos históricos e conceituais desses temas, uma vez que a configuração das políticas de saúde no país foi moldada por eventos históricos importantes e mudanças sociais vinculadas à democracia e ao cuidado em saúde.

Primeiramente, o estudo reconhece que as políticas públicas de saúde no Brasil não surgiram no vácuo; elas foram influenciadas por contextos históricos complexos e transformações sociais que ocorreram ao longo do tempo. A Reforma Sanitária Brasileira, em particular, foi um marco crucial, pois proporcionou uma base para a criação do SUS e refletiu um movimento mais amplo por mudanças sociais e políticas que visavam garantir o acesso universal e equitativo à saúde.

O Sistema Único de Saúde, conforme destacado, não é apenas uma estrutura administrativa para a prestação de serviços, mas um direito fundamental da população brasileira. Essa perspectiva é essencial, pois desafia a visão assistencialista que pode limitar a percepção do SUS a um simples conjunto de serviços oferecidos aos necessitados. Em vez disso, o SUS deve ser compreendido como uma conquista democrática que visa garantir saúde para todos, independentemente de classe social, local de residência ou outras variáveis.

O texto também argumenta que o entendimento desses aspectos históricos e conceituais é crucial para a formação e cidadania de profissionais da saúde. Conhecer a evolução do SUS e a filosofia por trás da Reforma Sanitária pode equipar esses profissionais com uma compreensão mais robusta da importância da equidade na saúde e das responsabilidades que vêm com a oferta de cuidados de saúde universais. Além disso, esse conhecimento é vital para o fortalecimento dos indicadores de saúde nacional, pois uma compreensão abrangente das políticas de saúde pode levar a práticas mais eficazes e a uma gestão mais eficiente do sistema de saúde.

Além disso, o ensaio enfatiza a importância da participação e colaboração dentro da rede de saúde. O SUS se baseia na ideia de uma rede integrada e participativa, onde a colaboração entre diferentes setores e a valorização do papel de cada componente são fundamentais para o sucesso do sistema. A participação ativa da comunidade e dos profissionais de saúde não só contribui para a eficácia dos serviços, mas também reforça o SUS como um direito coletivo, que deve ser constantemente defendido e aprimorado.

Sousa e Fernandes (2020) ressaltam a importância de uma compreensão profunda da historicidade da saúde no Brasil para uma visão completa do Sistema Único de Saúde (SUS). A análise destaca que a trajetória da saúde pública no país é marcada por uma evolução significativa desde as primeiras reivindicações da sociedade civil até a consolidação do SUS. Esse entendimento histórico é essencial para reconhecer os contextos e processos que moldaram o sistema de saúde atual, permitindo uma apreciação mais completa dos desafios e avanços ao longo do tempo.

Os entraves e avanços na saúde pública evidenciam que, apesar de notáveis melhorias, ainda existem desafios persistentes. O estudo mostra que, embora o SUS tenha promovido avanços importantes, a trajetória da saúde pública é repleta de obstáculos que continuam a impactar a efetividade e a abrangência dos serviços de saúde. Esses desafios refletem a complexidade do sistema e a necessidade de esforços contínuos para superar as dificuldades que ainda afetam a qualidade e a equidade no acesso aos cuidados de saúde.

A análise enfatiza a necessidade contínua de maior participação comunitária no SUS. A trajetória histórica demonstra que a participação da sociedade civil foi crucial para a criação e consolidação do SUS, e essa participação continua a ser um elemento vital para o fortalecimento do sistema. O estudo sugere que a mobilização e o engajamento da comunidade são essenciais para enfrentar os desafios persistentes e garantir que o SUS funcione de maneira mais eficaz e inclusiva.

Um aspecto central do estudo é a valorização da Atenção Primária como um componente crucial do SUS. A Atenção Primária é destacada por seu papel como a "porta de entrada" para o sistema de saúde, proporcionando um acesso mais econômico e resolutivo aos cuidados. Essa abordagem evidencia a importância da saúde integral e da proximidade com a população, mostrando que um sistema bem estruturado e acessível pode melhorar significativamente os indicadores de saúde e a eficácia dos serviços prestados.

Finalmente, o estudo reafirma o SUS como um sistema universal essencial para a cidadania, com a sua institucionalização na Constituição sendo um marco para o fortalecimento da cidadania nacional. Apesar de reconhecer que ainda existem problemas a serem resolvidos, o estudo destaca os grandes avanços realizados pelo SUS e a importância de continuar os esforços para enfrentar as desigualdades e melhorar a eficiência do sistema. Em resumo, o SUS é valorizado por suas conquistas, mas o estudo aponta para a necessidade de uma abordagem contínua e abrangente para enfrentar os desafios remanescentes e promover uma saúde pública mais equitativa e eficaz.

#### **IV. Conclusão**

A conclusão desta pesquisa reafirma a relevância e complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, destacando-o como um marco importante na administração pública e na garantia de acesso à saúde para toda a população. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS tem como princípios fundamentais a universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços de saúde. Apesar dessas diretrizes abrangentes, a implementação efetiva do SUS enfrenta desafios consideráveis.

Entre os principais desafios identificados estão as desigualdades regionais na distribuição de recursos e serviços. As disparidades entre grandes centros urbanos e regiões remotas refletem uma necessidade urgente de uma redistribuição mais equitativa dos recursos e de políticas específicas que atendam às necessidades locais. Grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro possuem infraestrutura de saúde mais robusta, enquanto áreas menos desenvolvidas enfrentam carências críticas, como a falta de profissionais e equipamentos, o que compromete o acesso a tratamentos especializados.

Outro desafio crucial é a gestão financeira do SUS. O financiamento insuficiente afeta diretamente a capacidade do sistema de atender à crescente demanda e de manter a qualidade dos serviços. O orçamento limitado muitas vezes resulta em escassez de medicamentos, equipamentos e na precariedade das condições de trabalho dos profissionais de saúde. A sustentabilidade financeira do SUS é, portanto, uma área crítica que requer uma revisão das fontes de financiamento e uma estratégia eficaz para garantir a alocação eficiente e transparente dos recursos.

Apesar desses desafios, a pesquisa destaca avanços significativos nas políticas públicas de saúde. Programas como o Programa Saúde da Família (PSF) têm sido fundamentais para promover a saúde preventiva e melhorar a qualidade de vida das populações vulneráveis. A adoção de tecnologias digitais e a telemedicina também demonstram potencial para superar barreiras geográficas e melhorar o acesso aos serviços de saúde. Essas inovações são passos importantes para a modernização do SUS e para a superação das dificuldades estruturais enfrentadas pelo sistema.

A análise dos desafios e avanços permite uma visão abrangente da complexidade envolvida na gestão do sistema de saúde e na implementação de políticas públicas. Compreender essas dinâmicas é essencial para garantir que o SUS continue a atender às necessidades da população de maneira justa e eficiente. A pesquisa evidencia a importância de uma abordagem contínua e abrangente para enfrentar os desafios remanescentes, promover a equidade no acesso e melhorar a eficácia dos serviços de saúde. A manutenção e o fortalecimento do SUS são essenciais não apenas para a saúde pública, mas também para a cidadania e o desenvolvimento social no Brasil.

#### **Referências**

- [1] Barboza, N. A. S.; Rêgo, T. D. De M.; Barros, T. De M. R. R. P. A História Do Sus No Brasil E A Política De Saúde / Sus History In Brazil And Health Policy. *Brazilian Journal Of Development*, [S. L.], V. 6, N. 11, P. 84966–84985, 2020.
- [2] Kirst, C.; Darsie, C. Notas Sobre A Saúde Pública, A Saúde Coletiva E O Estabelecimento E Funcionamento Do Sistema Unico De Saúde. *Asklepion: Informação Em Saúde*, Rio De Janeiro, Rj, V. 1, N. 2, P. 91–112, 2021.
- [3] Kucharski, K. W. Et Al. Políticas Públicas De Saúde No Brasil: Uma Trajetória Do Império À Criação Do Sus. *Revista Contexto & Educação*, 37(117), 38–49, 2022.
- [4] Menezes, A. P. R.; Et Al. O Futuro Do Sus: Impactos Das Reformas Neoliberais Na Saúde Pública – Austeridade Versus Universalidade. *Saúde Em Debate*, [S. L.], V. 43, N. Especial 5, P. 58-70, 2019.
- [5] Medeiros, T. M. De. Et Al. Desafios Da Universalidade No Sus: Avaliação Do Acesso E Qualidade Dos Serviços De Saúde No Brasil. *Cadernos De Pedagogia*, [S. L.], V. 30, N. 2, P. 112-120, 2024.
- [6] Santos, I. F.; Gabriel, M.; Mello, T. R. C. Sistema Único De Saúde: Marcos Históricos E Legais Dessa Política Pública De Saúde No Brasil. *Humanidades & Inovação*, V. 7, N. 5, 2020.
- [7] Santos, R. T.; Et Al. Saúde Pública E Comunicação: Impasses Do Sus À Luz Da Formação Democrática Da Opinião Pública. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S. L.], V. 27, N. 4, P. 1547-1556, 2022.
- [8] Silva, L. S. Et Al. Universalidade Do Acesso E Acessibilidade No Quotidiano Da Atenção Primária: Vivências De Usuários Do Sus. *Revista De Enfermagem Do Centro-Oeste Mineiro*, [S. L.], V. 10, N. 4, P. 87-94, 23 Out. 2020.
- [9] Sousa, C.; Fernandes, V. C. Aspectos Históricos Da Saúde Pública No Brasil: Revisão Integrativa De Literatura. *J Manag Prim Health Care* [Internet]. 31º De Janeiro De 2020.